



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Alagoas

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

***CAMPUS MACEIÓ***

**ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA**

**EDUARDO PATRICIO DA SILVA**

**SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS CAPACITISTAS E DAS BARREIRAS  
ATITUDINAIS INERENTES À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

MACEIÓ, AL  
2023

**EDUARDO PATRICIO DA SILVA**

**SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS CAPACITISTAS E DAS BARREIRAS  
ATITUDINAIS INERENTES À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Especialização em Docência Para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, como requisito para obtenção de grau de Especialista em Docência Para a Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Me. Jairo José de Souza.

MACEIÓ, AL

2023



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
*Campus Maceió*  
**Biblioteca Benevides Monte**

---

371.9  
S586s

Silva, Eduardo Patrício da.

Superação de paradigmas capacitistas e das barreiras atitudinais inerentes à inclusão da pessoa com deficiência / Eduardo Patrício da Silva. - Maceió, 2023.  
28 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Jairo José de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, EAD/UAB, Polo Maceió. Maceió, 2023.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Ensino. 2. Capacitismo. 3. Pessoas com deficiência. 4. Inclusão. I. Título.

EDUARDO PATRICIO DA SILVA

SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS CAPACITISTAS E DAS BARREIRAS  
ATITUDINAIS INERENTES À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Especialização em Docência do Ensino Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Maceió - Tabuleiro, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Docência na Educação Profissional.  
Orientador: Prof. Me. Jairo José de Souza.

Aprovado em: 20/09/2023


BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Jairo José de Souza (Orientador)

Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central - FACHUSC

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. José Aparecido da Silva Gama (1º Membro)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Santos de Almeida (2º Membro)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL

## DEDICATÓRIA

Ao meu querido e amado pai Manoel Patrício Benedito (*In memoriam*), por em todos os momentos ter acreditado que eu seria um ser humano pleno, bem sucedido e feliz em todos os sentidos, investindo em minha vida de todas as formas que pôde para a concretização desse sonho!

Embora todas essas sementes tenham sido plantadas por ele neste plano terrestre, os frutos vieram para mim apenas depois da sua partida para a Eternidade, mas vieram em abundância, trazendo-me à memória o valor e o significado que têm e terão para mim eternamente!

Muito obrigado Papai, por tudo o que o senhor fez por mim, estarás para sempre no meu coração, um dia estaremos juntos e nada mais poderá nos separar!

Saudade que machuca, exemplo que norteia, amor que jamais acaba, esperança e fé de um reencontro, inspiração para viver gloriosamente em honra à sua memória!

Do seu filho Eduardo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus, por meio do qual eu recebi, pela Sua infinita graça e misericórdia, todas as condições, recursos e inspiração necessários para a conclusão desse Trabalho Final de Curso – TFC e, em segundo lugar, à minha esposa Clarissa Eloi de Melo Patrício, que cuidou de mim em todos os sentidos, compreendendo as minhas “ausências” nos dias de folga do meu trabalho, mas de árdua produção acadêmica, trazendo-me paz, motivação e forças nos momentos mais críticos que enfrentei ao longo dessa jornada.

## EPÍGRAFE

*“A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho não apenas promove a equidade e a justiça social, mas também contribui para a diversidade e a inovação dentro das organizações, resultando em um ambiente mais criativo e produtivo.”*

*Martins e Zanini (2018)*

# SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS CAPACITISTAS E DAS BARREIRAS ATITUDINAIS INERENTES À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Eduardo Patricio da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo objetivou propor uma intervenção pedagógica ao Campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, construída a partir de dados levantados em entrevistas aplicadas ao Coordenador e a um Docente do curso "Técnico em Logística", que consiste na incorporação de uma aula expositiva na disciplina desse curso "Comportamento Organizacional", que tem como tema a imprescindibilidade da superação dos paradigmas capacitistas em relação à presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho. Consiste em um estudo de caso com abordagem qualitativa, que utilizou como procedimento técnico um levantamento bibliográfico nos autores Lanchotti (2005), Lippo (2012), Leite (2012) e Mello (2016) e, pesquisa de campo, na qual foram aplicadas entrevistas ao Coordenador e a um Docente desse curso, onde os dados coletados foram tratados pelo método indutivo de análise, realizado no ano letivo de 2023. Os entrevistados revelaram que o grande desafio consiste na dificuldade de quebrar paradigmas capacitistas que foram enraizados historicamente na sociedade, pois a formação do indivíduo perpassa quaisquer capacidades institucionais, abrangendo dimensões anteriores e de difícil acesso, como a física (ou fisiológica), a emocional, a espiritual e os contextos familiar, social, socioeconômico, etc.

**Palavras-chave:** Pessoas com Deficiência. Capacitismo. Ensino.

## ABSTRACT

This article aimed to propose a pedagogical intervention at the Benedito Bentes Campus of the Federal Institute of Alagoas, based on data gathered from interviews conducted with the Coordinator and a Professor of the "Technical Course in Logistics." The intervention involves incorporating an expository lesson into the course subject "Organizational Behavior," focusing on the essentiality of overcoming ableist paradigms regarding the presence of individuals with disabilities in the workplace. The approach utilized a qualitative case study method, with a bibliographic survey referencing authors Lanchotti (2005), Lippo (2012), Leite (2012), and Mello (2016), as well as field research involving interviews with the Coordinator and a Professor from the mentioned course. The collected data underwent analysis using an inductive method during the academic year of 2023. The interviewees revealed that a significant challenge lies in breaking entrenched ableist paradigms rooted in society's history, as an individual's development transcends institutional capacities, encompassing various aspects such as physical (or physiological), emotional, spiritual, and complex domains including family, social, socioeconomic contexts, among others.

**Keywords:** People with disabilities. Ableism. Teaching.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Arquitetura e Urbanismo – Área de Concentração: Cidades pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Mestre em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: eduardo.patricio@fau.ufal.br.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento histórico das sociedades se desdobrou em paralelo à desconsideração das especificidades humanas, onde as subjetividades foram preteridas pela hipervalorização do homem padrão, belo e dotado da plenitude física e, das qualidades e atributos convencionalmente elegidos como aceitáveis e predominantemente almejados.

Assim, aqueles que não possuíam tais atributos físicos eram logo excluídos do convívio social, direta e no “melhor” das hipóteses indiretamente. Podemos mencionar aqui uma prática social realizada na cidade grega de Esparta denominada exposição, onde as crianças consideradas defeituosas ou doentes eram abandonadas para morrerem ou até mesmo exterminadas, para que suas existências não viessem a contaminar ou enfraquecer o contingente populacional destinado ao poderio militar.

Essa hipervalorização de corpos perfeitos e vigorosos teve, portanto, o seu lugar em contextos históricos nos quais havia a necessidade da existência de contingentes populacionais preparados para a batalha, para defenderem suas comunidades locais de invasores externos.

Mas, como isso seria justificado atualmente após o advento de tantos avanços institucionais e legais? Como os resquícios dessa histórica desvalorização das subjetividades dos corpos não dotados da plenitude física ainda permanecem tão presentes nos dias atuais? De que forma essa desconsideração das especificidades das pessoas com deficiência seria contextualmente justificada hoje em dia?

Na prática a maioria das pessoas com deficiência tem os seus direitos ao pleno desenvolvimento e à plena inserção social negados, sendo, não poucas vezes, estigmatizadas como incapazes de galgarem e usufruírem a ascensão profissional, tendo suas mobilidades sociais dificultadas e/ou muitas vezes até impedidas pela existência de múltiplas barreiras à acessibilidade.

Para Lanchotti (2005 *apud* LEITE, 2012) as “barreiras atitudinais” podem ser consideradas posturas de indivíduos ou de grupos sociais que acabam dificultando ou mesmo impedindo a plena inclusão da pessoa com deficiência em diversos aspectos da vida social (podemos acrescentar no mercado de trabalho). É importante salientar que tais barreiras atitudinais podem se manifestar tanto sob a forma de ações como de omissões.

Um exemplo de manifestação das barreiras atitudinais é o “capacitismo” que, de acordo com Mello (2016), consiste em uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade, que define a maneira como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes, que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e, que julga por meio desses critérios o que as pessoas com deficiência são ou não capazes de ser e de fazer.

De acordo com dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de participação da força de trabalho entre as pessoas SEM deficiência no Brasil foi de 66,4% em 2022, tendo sido, por outro lado, a participação da força de trabalho das pessoas COM deficiência nesse mesmo ano de apenas 29,2%; registrando a Região Centro-Oeste o percentual mais elevado de pessoas com deficiência no contingente da força de trabalho (35,7%), registrando a Região Norte o percentual de 35,1%, a Região Sul 29,6%, a Região Sudeste 28,5% e, por fim a Região Nordeste tendo registrado o menor índice de pessoas com deficiência na força de trabalho dentre as demais regiões brasileiras (26,8%).

Os dados da PNAD Contínua 2022 do IBGE demonstraram ainda que, mesmo havendo a incidência de formação de nível superior das pessoas com deficiência, a participação destas na força de trabalho permanece muito desigual em relação às pessoas sem deficiência, não constituindo, portanto, essa formação superior fator suficiente para reduzir a discrepância entre a participação desses sujeitos sociais e a dos demais grupos sociais na força de trabalho. A mesma pesquisa levantou ainda que o rendimento médio do trabalho de pessoas com deficiência no Brasil é 30% menor do que a média brasileira.

Tais dados demonstrados na PNAD Contínua 2022 do IBGE revelam a necessidade do empreendimento de maiores esforços da sociedade em geral para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, por meio da promoção da acessibilidade em seu sentido integral.

Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destaca a importância da internalização da atual perspectiva do conceito de acessibilidade, que agora situa esta como o resultado da interação entre o ambiente, tecnologias, processos, atitudes etc. e as subjetividade desses sujeitos

sociais, enfatizando que a deficiência e/ou limitação não se situa nas pessoas com deficiência, mas, nos aspectos em geral que, predominantemente, desconsideram as especificidades das tais, impedindo-lhes muitas vezes de desenvolverem plenamente as suas potencialidades.

Diante dessa problemática, este estudo foi norteado pela seguinte pergunta de partida: **Quais são os desafios na Educação Profissional e Tecnológica - EPT de internalizar nos alunos a importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de ensino e de trabalho segundo a percepção do Coordenador e de um(a) Docente do Curso "Técnico em Logística" do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes?**

Tendo em vista trazer uma resposta provisória a esse questionamento, esta investigação teve como “fio condutor” a hipótese de que tais desafios compreendem uma profunda construção histórico-social internalizada intergeracionalmente, que estigmatizou a pessoa com deficiência no imaginário do senso comum como alguém incapaz de atingir plenamente mobilidade e ascensão social.

Diante desse cenário, esse artigo científico objetivou propor uma atividade educativa aos alunos da disciplina “Comportamento Organizacional (COOR)” do curso técnico integrado ao ensino médio “Técnico em Logística” do Eixo Tecnológico “Eixo de Gestão e Negócios” do Campus IFAL - Benedito Bentes, visando “desconstruir” nos tais possíveis concepções e/ou ideias capacitistas acerca da presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, a partir de dados levantados em entrevistas aplicadas ao Coordenador e a um Docente desse curso.

Para tanto, teve como objetivos específicos: a) Levantar as percepções do Coordenador do Curso “Técnico em Logística” do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes, sob o ponto de vista da gestão, acerca dos desafios enfrentados na Educação Profissional e Tecnológica - EPT para entregar aos alunos um conteúdo que lhes proporcione a efetiva internalização da importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de trabalho; b) Levantar a percepção de um(a) Docente deste curso e instituição de ensino, sobre os desafios enfrentados na Educação Profissional e Tecnológica – EPT para desconstruir nos alunos a predominante concepção capacitista historicamente enraizada nas mentes e corações da sociedade; e c) Propor, a partir dessas percepções levantadas, a incorporação de uma aula expositiva com essa temática na

disciplina “Comportamento Organizacional (COOR)” do curso técnico integrado ao ensino médio “Técnico em Logística” do Eixo Tecnológico “Eixo de Gestão e Negócios” do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes.

Essa pesquisa se justifica basicamente por dois aspectos: o primeiro diz respeito à nossa motivação pessoal para a escolha do supramencionado tema, pelo fato de eu ser pessoa com deficiência física com quadro de Paraplegia Flácida (Cid 10: G82.0) + Sequelas de Poliomielite (Cid 10: B91) decorrente do acometimento de Paralisia Infantil aos oito meses de vida, usando desde então instrumentos de apoio para locomoção como aparelhos ortopédicos e muletas, tendo “sentido na pele”, ao longo da minha inserção no mercado de trabalho, diversas barreiras atitudinais, reverberadas, inclusive, sob a forma do capacitismo em todos os ambientes organizacionais nos quais trabalhei.

O segundo aspecto é relacionado à relevância social desse tema, pois, conforme já foi abordado, os dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelaram que a taxa de participação da força de trabalho entre as pessoas com deficiência no Brasil registrada em 2022 foi de apenas 29,2%, tendo sido ainda registrado na Região Nordeste brasileira o menor percentual de pessoas com deficiência na força de trabalho (26,8%). Dados que apontam para a imprescindibilidade da promoção da efetiva inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, principalmente na Região Nordeste, por meio da quebra dos paradigmas capacitistas ainda enraizados na sociedade.

Assim, esse artigo científico, além deste Capítulo 1 – Introdução, se estrutura da seguinte forma: Capítulo 2 – Referencial Teórico: no qual é apresentado um breve arcabouço teórico acerca do tema abordado nesse estudo, bem como a fundamentação legal do mesmo no ordenamento jurídico brasileiro; Capítulo 3 – Metodologia: que apresenta os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa; Capítulo 4 – Resultados e Discussão: onde são descritos os resultados das entrevistas aplicadas aos sujeitos educacionais pesquisados; e, por fim, o Capítulo 5 – Considerações Finais: onde é feita uma discussão crítica acerca dos resultados obtidos nesta investigação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo apresenta o referencial teórico que embasou o presente artigo científico, resumido no quadro a seguir.

**Quadro 1:** Resumo do referencial teórico que fundamentou este estudo.

<b>TEMAS / CONCEITOS</b>	<b>RESUMO</b>	<b>AUTORES</b>
Como a Pessoa com Deficiência foi vista ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades	Foi preterida pela hipervalorização do “Homem Padrão” dotado da plenitude, vigor e beleza físicas.	Bianchetti (1995) Aranha (1995) Lima (2006)
Barreiras à Acessibilidade	São os principais agentes causadores da “inacessibilidade”, podendo abranger diversos aspectos, como, por exemplo, os físicos, tecnológicos e os atitudinais.	Lippo (2012) Lanchotti (2005) Leite (2012)
Acessibilidade Psicológica	Compreende as “imagens” dos ambientes físico e social formadas pelo indivíduo, que podem ser entendidas como uma representação mental pautada na configuração desses aspectos.	Gleice Elali ( <i>apud</i> ORNSTEIN, 2010)
Acessibilidade Atitudinal	Atitudes nas quais os preconceitos, os estigmas e as discriminações devem ser totalmente extirpados.	Sasaki (2010)
Capacitismo	Postura que associa a capacidade unicamente à funcionalidade plena das estruturas corporais (à corponormatividade) e, que determina/conclui a partir deste parâmetro aquilo o que as pessoas com deficiência são ou não capazes de ser e de fazer.	Mello (2016) Aranha (1995)
Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Proposta de uma educação de qualidade que proporcione uma visão mais crítica.  Proposta de uma educação inclusiva que, além de incluir, cause uma reestruturação nos valores que regem a Educação e as Relações Sociais.	Alencar <i>et al</i> (2017)  Souza (2022)

**Fonte:** Dados da presente pesquisa (2023).

## 2.1 O “lugar” da Pessoa com Deficiência na História

Ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade houve a desconsideração da diversidade das subjetividades humanas, onde a hipervalorização do “homem padrão” dotado da plenitude física, acabou excluindo aqueles que não possuíam esses atributos físicos do pleno convívio social, negando-lhes o acesso a aspectos mínimos necessários para o usufruto da dignidade.

Um exemplo dessa exclusão foi uma prática social denominada “exposição” então realizada na cidade grega de Esparta, na qual as crianças recém-nascidas que, após examinadas, eram consideradas doentes ou defeituosas eram abandonadas para morrerem ou mesmo exterminadas; para que suas descendências não “contaminassem” e/ou “enfraquecessem” a longo prazo o contingente populacional destinado ao exército espartano.

Um dos paradigmas é o espartano. Na medida em que se dedicavam à guerra, em que valorizavam a ginástica, a dança, a estética, etc., a perfeição do corpo (forte, belo) era o grande objetivo. Se, ao nascer, a criança apresentasse alguma deficiência, era eliminada. Praticava-se uma eugenia radical, na fonte. A eliminação se dava porque a criança não se encaixava no “Leito de Procusto” dos espartanos. (BIANCHETTI, 1995, p. 9).

Perpassando a visão etnocêntrica, podemos verificar que essa hipervalorização dos corpos dotados de plenitude teve o seu *lócus* histórico, no qual as convenções sociais estabelecidas enfatizavam a necessidade da existência de contingentes populacionais aptos à guerra e à defesa das comunidades locais.

Segundo Aranha (1995) com o advento do Cristianismo houve o desenvolvimento da visão do homem como “ser racional”, “criação e manifestação de Deus”, onde “o diferente e não produtivo deficiente” adquire a partir de então o *status* de “ser humano possuidor de uma alma”, passando a não ser mais aceitável a sua exterminação, sendo a responsabilidade da sua custódia e cuidado gradativamente assumida pela família e pela Igreja.

A implantação e a solidificação da doutrina cristã trouxeram um tratamento mais digno pela sociedade a todos aqueles que estavam marginalizados, como os escravos e os portadores de quaisquer deficiências. A mudança na sociedade ocorreu porque pela doutrina cristã todos foram criados à imagem e semelhança de Deus, não importando a situação em que a pessoa encontra-se. (LIMA, 2006, p. 16-17).

Entretanto, Aranha (1995) destaca que, neste período histórico, dois momentos importantes foram representados pela Inquisição Católica e pela Reforma Protestante, nos quais a concepção de deficiência variou, dependendo das noções teológicas de pecado e expiação, podendo assumir o *status* de consequência metafísica e espiritual de desígnios divinos, ou mesmo da possessão do demônio.

## 2.2 A Pessoa com Deficiência e os paradigmas capacitistas

Avançando bem mais na linha do tempo, ao longo das últimas décadas emergiram diversas discussões sobre a imprescindibilidade da efetiva inclusão da pessoa com deficiência na vida social. Entretanto, existem diversos fatores que dificultam ou mesmo impedem que esses sujeitos sociais tenham pleno acesso a essa inclusão.

Na maioria dos casos, esses fatores constituem barreiras à acessibilidade, as quais podem impor a esses indivíduos, desde altos níveis de esforço, constrangimentos, desconfortos físicos e/ou psicológicos, ou mesmo a alta exposição a riscos, dentre outros sofrimentos. Tais barreiras compreendem uma ampla gama de especificidades, recebendo, portanto, diversas conceituações.

Lippo (2012, p. 81) descreve as seguintes definições de barreira à acessibilidade contidas no Decreto Nº 5.296/2004 (que regulamenta as Leis Federais 10.048/2000 e 10.098/2000) em seu Art. 8º, inciso II e alíneas “a”, “b”, “c” e “d”.

a) barreiras urbanísticas – as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações – as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes – as existentes nos meios de transporte coletivo; d) barreiras nas comunicações e informações – qualquer obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, incluindo Internet.

Por outro lado, Lanchotti (2005 *apud* LEITE, 2012, p. 182-183, grifos do autor) aprofunda a discussão sobre as barreiras à acessibilidade, destacando a necessidade

da consideração do “agente principal causador do impedimento”, propondo a seguinte classificação baseada nas causas do problema.

**1. Barreiras Físicas** – São elementos físicos, de qualquer natureza, produzidos ou naturais, existentes no interior de edificações públicas ou privadas, nos espaços externos às edificações, mas internos aos lotes e que sejam de uso comum, nos espaços urbanos e nos meios de transportes, inclusive o respectivo mobiliário de apoio ou comodidade pública. **2. Barreiras Tecnológicas** – São obstáculos gerados por evolução social de certa comunidade ou por avanços tecnológicos que não atenderam às limitações na mobilidade de algumas pessoas, limitando ou impedindo a acessibilidade aos espaços, objetos, determinados aparelhos, às comunicações, ao deslocamento, ao entendimento de certas situações. **3. Barreiras Atitudinais** – São posturas da sociedade em geral que geram entraves e que sejam causadas por atitudes de funcionários, moradores, comerciantes, profissionais liberais, os próprios indivíduos prejudicados ou qualquer pessoa da sociedade, por desconhecimento, despreparo, descaso ou ignorância, e que dificultem ou impeçam o acesso, a permanência, o manuseio, o livre deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida a locais de uso comum ou qualquer outra atividade social que queiram realizar, participar ou contemplar.

Assim, Lanchotti (2005 *apud* LEITE, 2012) insere a definição de “barreiras atitudinais” definindo-as como posturas de indivíduos ou de grupos sociais que acabam dificultando ou mesmo impedindo a plena inclusão da pessoa com deficiência em diversos aspectos da vida social. Cabe frisar que essas “barreiras atitudinais” podem configurar ações ou mesmo omissões.

Essas barreiras atitudinais que se manifestam na sociedade podem causar diversos prejuízos às pessoas com deficiência que compreendem desde a segregação até a autosegregação social destas, sendo geralmente o segundo caso desencadeado pelos danos psicológicos causados às mesmas por essas posturas sociais negativas, conforme bem explanado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gleice Virgínia Medeiros de Azambuja Elali, no conceito por esta criado denominado “Acessibilidade Psicológica”, a qual, segundo a mesma *“inclui as imagens do ambiente (físico e social) formados pelo indivíduo, entendidas como uma representação mental pautada na configuração desses locais”*. (ORNSTEIN; ALMEIDA PRADO; LOPES, 2010, p. 121).

Uma das diversas formas de manifestação do fenômeno social “barreiras atitudinais” é o “capacitismo”, que segundo Mello (2016, p. 3272) consiste em.

[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.) [...] Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas.

Para Aranha (1995) a organização da produção da sociedade capitalista criou parâmetros para a avaliação dos indivíduos baseados na "capacidade produtiva" do sujeito, onde são estabelecidas exigências iguais para todos e, somente aqueles que atenderem tais exigências serão absorvidos pelo sistema, sendo, por outro lado, repelidos aqueles que não se adequarem ao mesmo – passando a serem vistos como “desvios”, materializados, inclusive, na condição de deficiência.

Segundo dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de participação da força de trabalho entre as pessoas sem deficiência no Brasil foi de 66,4% em 2022, tendo sido, por outro lado, a participação da força de trabalho das pessoas com deficiência no mesmo ano de apenas 29,2%; onde a Região Centro-Oeste registrou o percentual mais elevado de pessoas com deficiência no contingente da força de trabalho (35,7%), a Região Norte 35,1%, a Região Sul 29,6%, a Região Sudeste 28,5% e, a Região Nordeste tendo registrado o menor índice de pessoas com deficiência na força de trabalho (26,8%).

Ainda segundo dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mesmo com a incidência da formação de nível superior das pessoas com deficiência a participação destas na força de trabalho permanece muito desigual em relação aos demais grupos sociais, não tendo sido essa formação superior suficiente para mitigar a discrepância entre a participação desses sujeitos sociais e a das pessoas sem deficiência na força de trabalho. A mesma pesquisa levantou ainda que o rendimento médio do trabalho de pessoas com deficiência no Brasil é 30% menor que a média brasileira.

Fatos como estes levantados na PNAD Contínua 2022 do IBGE demonstram a imprescindibilidade do empreendimento de maiores esforços da sociedade em geral para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro,

por meio da promoção da acessibilidade em seu sentido integral, principalmente no que diz respeito ao que Sasaki (2010 *apud* LEITE, 2012, p. 180-181, grifo do autor) define como “[...] **acessibilidade atitudinal**, que se refere às atitudes humanas, nas quais os preconceitos, estigmas e discriminações, nas pessoas em geral, devem ser extirpados”.

Essa necessidade de mudança de paradigmas de uma construção histórico-social que por muito tempo situou a pessoa com deficiência à margem daqueles considerados aptos/capazes de atingirem o pleno desenvolvimento humano e a plena ascensão social, é tratada expressamente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) que destaca a imprescindibilidade da internalização da atual perspectiva de acessibilidade que agora situa esta como o resultado da interação entre o ambiente, tecnologias, processos, atitudes etc. e as subjetividade desses sujeitos sociais, enfatizando que a “deficiência/limitação” não está nas pessoas com deficiência, mas, nos aspectos em geral que, predominantemente, desconsideram as especificidades desses sujeitos sociais, impedindo-lhe muitas vezes de desenvolverem as suas potencialidades de forma plena.

### **2.3 O papel da Educação Profissional e Tecnológica no processo de inclusão da Pessoa com Deficiência**

De acordo com o Art. 8º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) ficou estabelecido que:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, **à educação, à profissionalização, ao trabalho**, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.. (BRASIL, 2015, p. 25, grifos nossos)

Corroborando com essa proposição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de que seja garantido a esses sujeitos sociais o pleno acesso à educação, à profissionalização e ao trabalho, Souza (2022) ressalta que, ao considerarmos que nenhuma sociedade avança de fato quando deixa para trás qualquer fissura no seu tecido social, faz-se necessário refletirmos sobre a imprescindibilidade do acesso e da permanência do aluno com necessidades educacionais específicas, proporcionando-lhes os efetivos desenvolvimentos individual e coletivo – dentro de suas limitações e potencialidades – nos aspectos pessoal, educacional e profissional.

Segundo Alencar *et al* (2017) o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional constitui uma proposta para a educação de qualidade que, ao ser democratizada aos grupos sociais menos favorecidos, poderá permitir aos tais o acesso a uma sólida formação tecnológica, científica e histórica e, também, densa em termo de conhecimentos vinculados ao trabalho, que permitirá à essa classe trabalhadora uma visão mais crítica e menos subordinada à lógica da relação Trabalho-Capital.

Nessa perspectiva, podemos destacar que essa visão crítica que perpassa o mero lucro-consumo, poderá abranger a sensibilização e respectivo engajamento sociais na defesa e na promoção da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, que conforme a supracitada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, configura um dever/papel de toda a sociedade.

O Parecer nº 11 de maio de 2012, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio destaca que:

**A diversidade e a Educação Profissional e Tecnológica** É da maior importância, na definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o adequado tratamento das questões relativas à profissionalização das pessoas com deficiência [...] **Profissionalização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida pelo Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, define a Educação Especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, que disponibiliza recursos, serviços e realiza o atendimento educacional especializado (AEE) aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, de forma complementar ou suplementar à escolarização. [...] No tocante ao acesso às ofertas de cursos da Educação Profissional e Tecnológica, dever-se-á não

somente prover, conforme determina o Decreto nº 6.949/2009, com status de Emenda Constitucional, recursos de acessibilidade necessários, como dar plena ciência ao educando e seus familiares das características da formação e atuação do profissional na habilitação pretendida. Considerando a garantia da acessibilidade e o desenvolvimento da autonomia no processo educacional, a decisão sobre a formação profissional deverá ser tomada pelo próprio estudante, com a orientação da família e da escola. As instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica devem integrar, em seu projeto pedagógico, a concepção de organização pedagógica inclusiva que promova respostas às necessidades educacionais de todos os estudantes. Para tanto, deverão prever os recursos necessários ao provimento das condições adequadas para o acesso, a participação e a aprendizagem, o que implica a participação da família e a articulação com outras políticas públicas, como as de emprego, de saúde e de desenvolvimento social. Cabe ainda às instituições de ensino garantir a transversalidade das ações da Educação Especial em todos os seus cursos, assim como eliminar as barreiras físicas, de comunicação e de informação que possam restringir a participação e a aprendizagem dos educandos com deficiência. Nesse sentido, faz-se necessário organizar processos de ensino e aprendizagem adequados às necessidades educacionais de todos os estudantes que apresentem necessidades de Educação Especial, incluindo as possibilidades de dilatamento de prazo para conclusão da formação, de certificação intermediária, ou antecipação de estudos, que não limitem o direito dos estudantes de aprender com autonomia, sob alegação da deficiência. (BRASIL, 2012, p. 20-21, grifo do autor).

Para Souza (2022) faz-se necessário assegurar uma educação inclusiva que não apenas cause impacto na inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas, mas, que também gere uma reestruturação nos valores que regem a educação e as relações sociais.

Diante desse contexto, acrescentamos que, na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, essa promoção da inclusão da pessoa com deficiência deve considerar de forma indissociável duas perspectivas: 1) As instituições de ensino que ofertam EPT devem garantir às pessoas com deficiência o integral acesso à uma formação profissional de qualidade, por meio de políticas institucionais de educação inclusiva e práticas educacionais inclusivas; e 2) As instituições de ensino que ofertam EPT devem se empenhar ao máximo para desconstruir em seus alunos paradigmas capacitistas acerca da presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, formando profissionais com plena consciência e sensibilização acerca de seus papéis sociais a este respeito.

### **3 METODOLOGIA**

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa desenvolvida no IFAL - Campus Avançado Benedito Bentes, compreendendo desde a metodologia adotada até os instrumentos de coleta de dados que nela utilizados.

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

Trata-se de um estudo de caso, onde foi verificada a realidade observada no Campus IFAL – Benedito Bentes (Maceió/AL) no ano letivo de 2023, no que tange às perspectivas/percepções de alguns sujeitos educacionais do curso técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico “Eixo de Gestão e Negócios” do IFAL - Campus Avançado Benedito Bentes, acerca dos desafios na Educação Profissional e Tecnológica - EPT da internalização nos alunos em geral desse curso da imprescindibilidade da inclusão da pessoa com deficiência nos ambientes organizacionais de trabalho.

Com relação a sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois visa gerar conhecimentos que auxiliem na “desconstrução” nos alunos da disciplina “Comportamento Organizacional (COOR)” do curso técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico “Eixo de Gestão e Negócios” do IFAL - Campus Avançado Benedito Bentes, de possíveis concepções e/ou ideias capacitistas acerca da presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, por meio da proposição da incorporação de uma aula expositiva com essa temática na referida disciplina, construída por meio da perspectiva dos referidos sujeitos educacionais entrevistados.

No tocante a abordagem do problema, consiste em uma pesquisa qualitativa.

Já em relação aos seus objetivos, a mesma se configura como uma pesquisa exploratória, pois, como já foi dito, buscará conhecer as percepções do Coordenador e de um Docente dos supramencionados curso e disciplina, sobre os desafios na Educação Profissional e Tecnológica - EPT de internalizar nos alunos a importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de trabalho.

Sobre os procedimentos técnicos que fizemos uso dos seguintes aspectos: 1) Levantamento Bibliográfico: que fundamenta esta pesquisa, em autores como

Lanchotti (2005), Sasaki (2010), Ornstein, Almeida Prado e Lopes (2010), Lippo (2012), Leite (2012) e Mello (2016); 2) Pesquisa Documental: onde foram pesquisados a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015), a PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Projeto Pedagógico do Técnico de Nível Médio Subsequente em Logística do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes; e 3) Pesquisa de Campo: onde foram aplicadas entrevistas ao Coordenador e a um Docente do supramencionado curso.

### **3.2 Local da pesquisa**

Este artigo científico buscou apresentar a realidade institucional, no que diz respeito às percepções do Coordenador e de um Docente do curso técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico "Eixo de Gestão e Negócios", no Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes.

Localizado no bairro Benedito Bentes, o mais populoso da capital alagoana, possui cerca de 300 mil habitantes. Está situado em um espaço de 12.467 metros quadrados, que foi cedido pelo Governo do Estado de Alagoas, possuindo auditório, salas de aula, laboratórios, biblioteca, campo gramado e quadra poliesportiva, e tendo sido inaugurado em 25 de novembro de 2016.

O Campus Avançado Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas – IFAL oferece um curso integrado ao ensino médio e mais dois cursos técnicos subsequentes que são os seguintes: 1) Curso técnico integrado ao ensino médio: Técnico em Logística (implantado em janeiro de 2022); e 2) Curso técnicos subsequentes: - Técnico em Logística (cujas atividades letivas tiveram início no dia 20 de fevereiro de 2017) e, - Técnico em Enfermagem (que teve sua primeira aula inaugural em 29 de janeiro de 2018).

A partir de 2018, o Campus Avançado Benedito Bentes passou a também constituir um dos polos do Mestrado Profissional da Rede Federal de Educação (Profept) – a segunda pós-graduação de nível *stricto sensu* do Instituto Federal de Alagoas; e, a partir de 2019, também a modalidade *lato sensu*.

Esse campus oferece, portanto, cursos da modalidade de pós-graduação em nível de: 1) LATO SENSU - Especialização em Desenvolvimento Organizacional (criado em 26 de julho de 2019); e 2) STRICTO SENSU - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica pelo programa ProfEPT da rede federal de Educação Profissional (criado em agosto de 2018).

### 3.3 Sujeitos da pesquisa

Devido à abordagem desta pesquisa ser essencialmente qualitativa, não foi realizado na mesma o uso de técnicas estatísticas para a retirada de amostragem, tendo sido, portanto, a escolha dos sujeitos pesquisados fundamentada pelas orientações do próprio PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – DOCENTEPT do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, o qual determina de forma expressa em sua página 47 (grifo nosso) que: *“Cada estudante escolherá um curso de EPT, ofertado por uma escola técnica, e deverá contactar o/a coordenador/a do referido curso e um/a docente, para realizar uma entrevista sobre os desafios de ensino da EPT”*.

Cumprindo essa determinação expressa do referido PPC, os sujeitos da nossa pesquisa foram: o Coordenador e um Docente do curso técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico "Eixo de Gestão e Negócios" do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes.

Tal escolha também é justificada pelo fato de esses sujeitos educacionais atuarem diretamente na Educação Profissional e Tecnológica – EPT na instituição de ensino pesquisada, possuindo, dessa forma, todos os subsídios informacionais organizacionais e pedagógicos necessários para o fornecimento dos dados necessários para o nosso estudo.

### 3.4 Instrumentos de coleta de dados e procedimentos

A presente pesquisa possuiu como instrumentos de coleta de dados os descritos no quadro a seguir.

**Quadro 2:** Instrumentos de coleta de dados e procedimentos adotados nesta pesquisa.

Instrumento de coleta de dados	Universo pesquisado	Finalidade do Instrumento
Entrevista (Roteiro para Entrevista) APÊNDICE 01	Coordenador do Curso (1)  Docente do Curso (1)	Levantar as percepções dos tais acerca dos desafios na EPT de internalizar nos alunos a importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de trabalho.
Documentos	Legislação Pertinente Projeto Pedagógico do Curso - PPC	Aprofundamento legal e normativo sobre o Tema da Pesquisa

**Fonte:** Dados da presente pesquisa (2023).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta os dados coletados por meio da aplicação de entrevistas aos supramencionados sujeitos educacionais pesquisados, que possuem papel preponderante na operacionalização da internalização nos alunos do curso técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico "Eixo de Gestão e Negócios" do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes, da importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de trabalho.

Desse modo, visando obter a resposta para a pergunta de partida desta pesquisa, aplicamos uma entrevista semiestruturada ao Coordenador e a um Docente do referido curso técnico, que teve como roteiro de perguntas o APÊNDICE 01 deste trabalho, onde obtivemos os seguintes resultados.

**Quadro 3:** Dados levantados na entrevista aplicada aos sujeitos educacionais pesquisados.

Pergunta semiestruturada feita aos pesquisados	Resposta do Docente do Curso	Resposta do Coordenador do Curso
<p>Considerando que a LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (Lei nº 13.146/2015) destaca a imprescindibilidade da internalização da <u>atual perspectiva de acessibilidade que agora situa esta como o resultado da interação entre o ambiente, tecnologias, processos, atitudes etc. e as subjetividade desses sujeitos sociais</u>, enfatizando que a “deficiência/limitação” não está nas pessoas com deficiência, mas, nos aspectos em geral que, predominantemente, desconsideram as especificidades desses sujeitos sociais, impedindo-lhe muitas vezes de desenvolverem as suas potencialidades de forma plena...</p> <p><b>Quais são os desafios na Educação Profissional e Tecnológica - EPT no que tange a internalização dessa perspectiva nos alunos em geral e a formação de alunos com deficiência?</b></p>	<p>O déficit educacional do Nível Fundamental de Ensino gerou dificuldades de aprendizagem nos alunos, o que demanda que a Instituição de Ensino pesquisada busque diversas formas alternativas de promover ações de sensibilização social sobre temas como a inclusão da PCD.</p> <p>A formação pessoal do indivíduo possui dimensões que perpassam quaisquer capacidades institucionais.</p> <p>A abordagem que a Instituição de Ensino mal consegue realizar abrange apenas a dimensão intelectual.</p> <p>No entanto, a formação pessoal do indivíduo abrange dimensões construídas anteriormente e de difícil acesso, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Física (ou fisiológica);</li> <li>- A Emocional;</li> <li>- A Espiritual;</li> </ul> <p>- Contextos Familiar, Social, Socioeconômico, etc.</p> <p>Tais aspectos possuem fortes construções histórico-sociais.</p>	<p>Estamos vivenciando um momento <i>sui generis</i> enquanto sociedade, pois embora a célula matriz desta seja a família, ocorre uma desestruturação sem igual da mesma, a qual, por sua vez, transfere para a escola a sua responsabilidade original de encontrar/propor caminhos para os seus filhos.</p> <p>Porém, estes temas são delicados demais para serem assumidos pelas escolas, devido às subjetividades sociais, religiosas etc. dessas matrizes familiares.</p> <p>Existe uma atual inversão total de valores na sociedade, reverberada inclusive nas artes como a música, etc. que fazem apologia à promiscuidade, às armas, etc.</p> <p>Estas construções sociais são profundas e, perpassam as capacidades institucionais da Instituição de Ensino.</p>

Fonte: Dados da presente pesquisa (2023).

#### 4.1 Outros apontamentos feitos pelos entrevistados

O Docente entrevistado complementou que, outro desafio enfrentado pela Instituição de Ensino pesquisada, consiste na necessidade de criar novos meios de disseminação da Legislação inerente à inclusão da pessoa com deficiência, que proporcionem aos alunos o aprendizado e a internalização desse tema, pois, de acordo com as suas próprias palavras: “*Só conseguimos aplicar aquilo que conhecemos.*”.

O mesmo também acrescentou que a Instituição de Ensino pesquisada algumas vezes não consegue atender às necessidades educacionais específicas de alguns alunos, pelo fato de as deficiências destes não serem de fácil identificação e, ainda, pelo fato de os docentes não possuírem os conhecimentos específicos necessários para o atendimento das necessidades desses alunos, principalmente quando se trata de deficiências mentais.

Essa dificuldade de a Instituição de Ensino pesquisada lidar com a necessidade de diagnóstico/identificação de deficiências muito específicas e não fisicamente visíveis nos alunos, como, por exemplo, quadros de deficiências mentais (como a esquizofrenia), também foi apontada pelo Coordenador do curso entrevistado, o qual relatou que alguns alunos já tiveram crises severas que demandaram o acionamento de seus familiares para contê-los, o que, segundo o mesmo ressalta o despreparo dessa instituição de ensino para lidar com situações tão específicas.

O Coordenador do curso entrevistado chamou atenção para o fato de que o Sistema Educacional Brasileiro está mais “preocupado” com números como retenção de alunos matriculados, índices de reprovação e de evasão escolar, etc., do que com uma formação mais ampla e efetiva para o ser humano, não sendo a educação brasileira pensada enquanto projeto, como ocorre nos países mais desenvolvidos.

O mesmo também criticou a Educação Brasileira por adotar um sistema educacional essencialmente “bancário” que, por ser lento, não acompanha a vertiginosa velocidade do ciberespaço, causando muitas vezes desestímulo nos alunos para apreenderem temas de relevância social como a inclusão da pessoa com deficiência; ponderando, no entanto, que isso resulta, em grande parte, do imediatismo, inversão de valores e doenças mentais desencadeadas por essa nova realidade social.

O supramencionado Coordenador do curso destacou que a empregabilidade da pessoa com deficiência é mais dificultada pela deficiência mental do que pelos demais tipos de deficiência.

Por fim, o mesmo concluiu que os altos déficits de acessibilidade urbana no bairro Benedito Bentes dificulta o acesso dos alunos da Instituição de Ensino pesquisada à esta, fato potencializado pelas barreiras atitudinais da comunidade local.

#### **4.2 Comparação entre os objetivos específicos da pesquisa e os resultados obtidos**

Assim, após a aplicação dessas entrevistas aos referidos sujeitos educacionais pesquisados, pudemos então alcançar os objetivos inicialmente estabelecidos nesta

investigação, onde o quadro a seguir apresenta uma visão geral acerca desses resultados.

**Quadro 4:** Confronto dos objetivos específicos da pesquisa com os resultados finais obtidos nesta.

Objetivos Específicos da Pesquisa	Resultados Obtidos
<p>a) Levantar as percepções do Coordenador do curso acerca dos desafios enfrentados na EPT para entregar aos alunos um conteúdo que lhes proporcione a efetiva internalização da importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de trabalho;</p> <p>b) Levantar a percepção de um docente do curso sobre os desafios enfrentados EPT para desconstruir nos alunos a predominante concepção capacitista historicamente enraizada nas mentes e corações da sociedade;</p>	<p>Os entrevistados revelaram que o grande desafio consiste na dificuldade de quebrar paradigmas capacitistas que foram enraizados historicamente na sociedade, pois a formação do indivíduo perpassa quaisquer capacidades institucionais, abrangendo dimensões anteriores e de difícil acesso, como a física (ou fisiológica), a emocional, a espiritual e os contextos familiar, social, socioeconômico, etc.</p>
<p>c) Propor, a partir dessas percepções levantadas, a incorporação de uma aula expositiva com essa temática na disciplina “Comportamento Organizacional (COOR)” desse curso.</p>	<p>Criação de uma proposta de Projeto de Intervenção Pedagógica para a disciplina “Comportamento Organizacional (COOR)” do curso técnico integrado ao ensino médio “Técnico em Logística” do eixo tecnológico “Eixo de Gestão e Negócios” do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes.</p> <p>(APÊNDICE 02)</p>

**Fonte:** Dados da presente pesquisa (2023).

Como foi demonstrado, alcançamos, portanto, os objetivos desta pesquisa, confirmando assim a **nossa hipótese inicial** de que ***“O grande desafio na Educação Profissional e Tecnológica - EPT de internalizar nos alunos a importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de trabalho, que seria apontado pelos entrevistados, consiste em uma profunda construção histórico-social internalizada intergeracionalmente, que estigmatizou a pessoa com deficiência no imaginário do senso comum como alguém incapaz de atingir as plenas mobilidade e ascensão social”***.

Nesse sentido, a nossa hipótese inicial, segundo a perspectiva de Quivy e Campenhoudt (2005), forneceu ao nosso estudo uma espécie de “fio condutor” eficaz, a partir do momento em que, de certa forma, “substituiu” a questão da pesquisa, embora esta sempre permaneceu presente na nossa mente de pesquisador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história houve um amplo processo de exclusão e desconsideração da pessoa com deficiência, onde os padrões aceitáveis de compleição, beleza e plenitude físicas situou esses sujeitos à margem do convívio social, seja por meio da segregação direta ou da promoção do processo de autosegregação.

Embora essa hipervalorização do homem padrão tenha tido o seu lugar no *ethos* histórico das sociedades mais antigas, muitas vezes em virtude das convenções sociais então internalizadas, acerca da imprescindibilidade da plenitude e força físicas para a proteção das comunidades locais contra invasores, e/ou mesmo para o empreendimento de batalhas, nos dias atuais, após o advento de diversos avanços institucionais e legais nas últimas décadas não encontra mais “justificativa” para a sua permanência em nosso meio. No entanto, ainda existem diversos resquícios dessa antiga desconsideração das subjetividades dos corpos não dotados dessa plenitude, reverberados por meio das palavras e ações de grande parte da nossa sociedade atual.

Autores como Ornstein, Almeida Prado e Lopes (2010), Leite (2012), Lippo (2012) e Garcia (2012) declaram que isso pode ser percebido atualmente em diversos aspectos, onde, por exemplo, as edificações, espaços e estruturas de mobilidade das cidades brasileiras são geralmente incapazes de garantir o direito constitucional de “ir e vir” às pessoas com deficiência, impondo a estas um amplo processo de segregação urbana que pode dificultar e/ou impedir que as mesmas desenvolvam os seus potenciais e que tenham acesso à mobilidade social.

Assim, ainda hoje, perdura essa lógica perversa, muitas vezes velada e/ou reproduzida inconscientemente pela sociedade, que faz com que a maioria das pessoas com deficiência tenham os seus direitos aos plenos desenvolvimento e inserção social sistematicamente negados, frequentemente estigmatizando-as como “incapazes” de alcançarem e de usufruírem ascensões pessoais e profissionais, impondo múltiplas barreiras à acessibilidade às mesmas.

Dentre essas múltiplas barreiras, Lanchotti (2005 *apud* LEITE, 2012) destaca as “barreiras atitudinais”, definindo-as como posturas/ações de grupos sociais ou de indivíduos que dificultam ou impedem a plena inclusão da pessoa com deficiência em diversos aspectos da vida social. Podemos, portanto, acrescentar que, dentre esses

aspectos, enquadram-se perfeitamente o acesso e a permanência na escola e a inserção no mundo do trabalho.

Podemos usar como um exemplo de manifestação das barreiras atitudinais o fenômeno social “capacitismo” o qual segundo Mello (2016) configura uma postura preconceituosa que hierarquiza pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade; que generaliza a “persona” pessoa com deficiência como “incapaz”, que associa o fator capacidade exclusivamente à plenitude da funcionalidade corporal e, que julga por meio desses critérios o que as pessoas com deficiência são ou não capazes de ser e de fazer.

Os dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstraram que a participação da força de trabalho das pessoas com deficiência em 2022 foi de apenas 29,2%, registrando ainda que a Região Nordeste possuiu o menor índice de pessoas com deficiência na força de trabalho dentre as demais regiões brasileiras (26,8%).

A PNAD Contínua 2022 do IBGE também revelou que, mesmo quando as pessoas com deficiência possuem formação de nível superior, a participação destas na força de trabalho ainda permanece muito desigual em relação às pessoas sem deficiência; revelando ainda que o rendimento médio do trabalho desses indivíduos é 30% menor do que a média brasileira.

Esses dados demonstrados pela PNAD Contínua 2022 do IBGE revelaram a imprescindibilidade de a sociedade se engajar de forma mais efetiva em prol da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, por meio da promoção da democratização da acessibilidade em seu sentido integral.

Corroborando com esse pensamento, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) veio propor uma mudança de paradigmas acerca da acessibilidade, situando-a agora como resultado da interação entre o ambiente, tecnologias, processos, atitudes etc. e as subjetividade desses sujeitos sociais, enfatizando que a deficiência e/ou limitação definitivamente não está nas pessoas com deficiência, mas, em todos os aspectos e contextos que desconsideram as especificidades das tais.

Diante desse contexto, este artigo científico objetivou propor uma atividade educativa aos alunos da disciplina “Comportamento Organizacional (COOR)” do curso

técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico "Eixo de Gestão e Negócios" do Campus IFAL - Benedito Bentes, visando "desconstruir" nos tais possíveis concepções e/ou ideias capacitistas acerca da presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, a partir de dados levantados em entrevistas aplicadas ao Coordenador e a um Docente desse curso.

Pudemos então levantar junto aos entrevistados que estes apontaram que o grande desafio consiste na dificuldade de quebrar paradigmas capacitistas que foram enraizados historicamente na sociedade, pois isso envolve questões intrínsecas e subjetivas que são difíceis de serem acessadas e/ou mudadas nos indivíduos.

Esses resultados nos levaram a concluir que existe a necessidade institucional da incorporação de uma aula expositiva (e de mais ações educacionais) com essa temática na disciplina "Comportamento Organizacional (COOR)" do curso técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico "Eixo de Gestão e Negócios" do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Avançado Benedito Bentes, que proporcione aos alunos a internalização da importância da inclusão e manutenção da pessoa com deficiência nos ambientes de ensino e de trabalho.

Por fim, a principal contribuição desta pesquisa diz respeito à relevância social do seu tema, pois, como foi amplamente abordado, a PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 do IBGE revelou que a taxa de participação da força de trabalho entre as pessoas com deficiência no Brasil nesse ano foi de apenas 29,2%, registrando ainda a Região Nordeste o menor percentual de pessoas com deficiência na força de trabalho (26,8%), comprovando tais dados a necessidade da efetiva promoção da inclusão do sujeito com deficiência tanto no acesso e na permanência na escola quanto no mundo do trabalho dessa região, onde se faz necessário levar em consideração a proposição de "Acessibilidade Atitudinal" trazida por Sassaki (2010 *apud* LEITE, 2012, p. 180-181, grifo do autor) que define-a como sendo *"atitudes humanas, nas quais os preconceitos, estigmas e discriminações, nas pessoas em geral, devem ser extirpados"*.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ligyane Karla de. **Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional: ações e possibilidades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1372/Ligyane%20Karla%20de%20Alencar%20-%20POL%20DTICAS%20P%20ABLICAS%20DE%20INCLUS%20O%20PESSOAS%20COM%20DEFICI%20ANCIA%20NA%20EDUCA%20PROFISSIONAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 set. 2023.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 63-70, ago. 1995. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 06 set. 2023.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 2, n. 3, p.07-19, 1995.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art113](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art113)>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 11 de maio de 2012. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECEBN112012.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECEBN112012.pdf)>. Acesso em 06 set. 2023.

GARCIA, Carla Cristina. **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: IESDE, 2012.

IBGE (Brasil) (Org.). **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102013>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Logística**. Maceió, 2018. <<https://www2.ifal.edu.br/campus/benedito/ensino/arquivos/ppc-logistica-benedito->

bentes-2019-1.pdf/@@download/file/ppc-logistica-benedito-bentes-2019-1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL. **Projeto Pedagógico do Curso Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT**. Maceió, 2022. <<https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/orgaos-colegiados/conselho-de-ensino-pesquisa-e-extensao/arquivos/resolucao-no-97-2022-cepe-projeto-pedagogico-do-curso-de-especializacao-em-docencia-para-educacao-profissional-e-tecnologica-2013-docentep-1.pdf/view>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LEITE, Flávia Piva Almeida. **Cidades acessíveis**. São Paulo: SRS Editora, 2012.

LIMA, Edilson Soares de. **Discriminação positiva e o portador de necessidades especiais**. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIPPO, Humberto (Org.). **Sociologia da acessibilidade**: e reconhecimento político das diferenças. Canoas: Editora da ULBRA, 2012.

Martins, L. B., & Zanini, D. S. (2018). Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Um estudo de caso em uma empresa brasileira. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 17(2), 427-450.

MELLO, Anahi. G. (2016). **Deficiência, incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de; LOPES, Maria Elisabete (Orgs). **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Gradiva Publicações. Lisboa, 2005.

SOUZA, Jairo José de. **Ninguém, ninguém mesmo, pode ficar para trás**: a educação inclusiva e a transformação social. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

**APÊNDICE 01 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA APLICADO AO (À) COORDENADOR(A) E A UM(A) DOCENTE DO CURSO TÉCNICO EM LOGÍSTICA DO IFAL - CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES.**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS – IFAL  
 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DIREAD  
 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB  
 CAMPUS MACEIÓ-AL (POLO MACEIÓ – TABULEIRO)  
 ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Título do Trabalho Final de Curso - TFC:

**“SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS CAPACITISTAS E DAS BARREIRAS ATITUDINAIS INERENTES À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA”**

**Discente:** Eduardo Patrício da Silva (Matrícula: 2022203157)

**Orientador:** Prof. Me. Jairo Jose de Souza

**OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:**

“Propor uma atividade educativa aos alunos do curso técnico integrado ao ensino médio "Técnico em Logística" do Eixo Tecnológico "Eixo de Gestão e Negócios" do Campus IFAL - Benedito Bentes que visasse desconstruir nestes possíveis concepções e/ou ideias capacitistas acerca da presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, a partir de dados levantados em entrevistas aplicadas ao Coordenador e a um(a) docente desse curso”

**Fazer a seguinte pergunta aos entrevistados:**

Considerando que a LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (Lei nº 13.146/2015) destaca a imprescindibilidade da internalização da atual perspectiva de acessibilidade que agora situa esta como o resultado da interação entre o ambiente, tecnologias, processos, atitudes etc. e as subjetividade desses sujeitos sociais, enfatizando que a “deficiência/limitação” não está nas pessoas com deficiência, mas, nos aspectos em geral que, predominantemente, desconsideram as especificidades desses sujeitos sociais, impedindo-lhe muitas vezes de desenvolverem as suas potencialidades de forma plena...

**Quais são os desafios na Educação Profissional e Tecnológica - EPT no que tange a internalização dessa perspectiva nos alunos em geral e a formação de alunos com deficiência?**

FIM

**APÊNDICE 02 – PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA A DISCIPLINA “COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (COOR)” DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO “TÉCNICO EM LOGÍSTICA” DO EIXO TECNOLÓGICO “EIXO DE GESTÃO E NEGÓCIOS” DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES.**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS – IFAL  
 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DIREAD  
 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB  
 CAMPUS MACEIÓ-AL (POLO MACEIÓ – TABULEIRO)  
 ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Trabalho de Final de Curso**

**PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Propositor:** Eduardo Patrício da Silva (Aluno IFAL - Matrícula: 2022203157)

**Campus Destino:** IFAL - Benedito Bentes

**Aplicador da intervenção:** Qualquer Docente do Campus IFAL - Benedito Bentes)

1. **Eixo Tecnológico:** EIXO DE GESTÃO E NEGÓCIOS.
2. **Curso Técnico:** TÉCNICO EM LOGÍSTICA.
3. **Disciplina:** COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (COOR).
4. **Tema:** Superação de paradigmas e das barreiras atitudinais em relação à inclusão da pessoa com deficiência no ambiente organizacional.
5. **Objetivo:** Desconstruir nos alunos possíveis concepções e/ou ideias capacitistas acerca da presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho.
6. **Descrição da aula/atividade:**

Ministração de aula expositiva sobre a necessidade da "quebra" dos paradigmas convencionalmente estabelecidos no senso comum acerca da pessoa com deficiência nos ambientes de trabalho das organizações em geral, onde será destacada a imprescindibilidade da internalização do conceito atual de acessibilidade, que segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.146 de 06 de julho de 2015) situa

a mesma no resultado da interação entre o ambiente, tecnologias, processos, atitudes etc. e a subjetividade desses sujeitos sociais, enfatizando que a deficiência/limitação não está na pessoa com deficiência, mas, nos aspectos organizacionais em geral que, predominantemente, desconsideram as especificidades desta, impedindo-lhe muitas vezes de desenvolver as suas potencialidades de forma plena no seu ambiente de trabalho, ou mesmo de ter acesso a este.

## **7. Recursos necessários:**

**7.1 Material didático:** a) 25 unidades impressas, em papel couche liso, de folders informativos sobre o tema, com QR CODE para o acesso a conteúdo explicativo na Internet; b) Slides eletrônicos com um design de abordagem sintético e predominantemente visual acerca do tema; c) Vídeo sobre a visão capacitista acerca da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho; d) Vídeo de depoimento de pessoa com deficiência sobre suas experiências no ambiente organizacional.

**7.2 Equipamentos e instrumentos:** a) Computador desktop com leitor de arquivo no formato pdf instalado e, com acesso à Internet; b) Caixa multimídia de som conectada ao computador; c) Projetor (data show) para exibição/projeção dos slides; d) mesa e cadeira separados para o apresentador/aplicador da aula/atividade.

## **8. Desenvolvimento da aula/atividade:**

**8.1 Preparação do Ambiente:** Verificação do funcionamento e adequação dos equipamentos e, da conexão com a Internet.

### **8.2 Organização da aula/atividade:**

**MOMENTO 01:** Realizar junto aos alunos uma exposição introdutória, acerca do tema central e do objetivo geral da aula/atividade, bem como da relevância social do tema que nela será abordado.

**MOMENTO 02:** Exibição de 02 (dois) vídeos que tratam do tema explanado.

**MOMENTO 03:** Propor aos alunos a realização de um experimento, que consiste na reflexão introspectiva acerca do tema abordado, e as respectivas criação e apresentação individual de uma frase que sintetize o que entendeu/sentiu acerca de tema abordado.

**9. Forma de avaliação da aula/atividade:** Verificar a produção discente proposta na aula/atividade, no que diz respeito ao grau de assimilação (por parte dos alunos) do tema abordado, além da coerência e organização no fluxo de produção do experimento por parte destes.

**10. Resultados esperados:** O despertar nos alunos de uma consciência mais empática e inclusiva, que vá de encontro às concepções e/ou ideias capacitistas acerca da presença da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho.